

Militarizar o Ministério da Defesa?

(por Maynard Marques de Santa Rosa)

Foi sintomática a tese do presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, em seminário recente na Câmara dos Deputados: *“O Ministro da Defesa deve deixar claro que são os civis que comandam os militares”* – *“É preciso formar uma elite civil para controlar o MD”* – *“O Ministério da Defesa precisa deixar de ser um cabide de emprego de coronéis da reserva”*.

Lamentável, também, é o desconhecimento da gênese institucional do Brasil e o papel pioneiro dos militares, desde o período colonial. Sua presença na História transcende a preservação da integridade nacional e a pacificação, estendendo-se à formação cultural do povo. Os estudos do grande sociólogo Gilberto Freyre fizeram justiça: *“O Exército é a mais lídima e representativa das instituições nacionais, o verdadeiro índice do povo brasileiro”*.

A imagem militar tornou-se arquetípica no inconsciente coletivo, associada à expressão de patriotismo, disciplina, honestidade, organização e senso de responsabilidade. A opinião pública, avaliada pelas pesquisas mais tendenciosas, mostra que 72% do povo considera as Forças Armadas como as instituições mais confiáveis do País.

Infelizmente, as elites acadêmicas parecem preferir o apelo da propaganda internacional ao realismo da memória nacional.

A realidade dos fatos contrapõe-se à opinião civilista. Não são poucos os casos de instituições criadas por idealistas militares que, entregues à administração civil, foram desviadas de seu curso, com prejuízo para o País.

O trabalho humanitário do marechal Rondon na proteção ao índio evoluiu para a atual FUNAI, que foi entregue aos antropólogos da ação e passou a agir em benefício de interesses globalistas, colocando em risco a soberania nacional.

A PETROBRAS, nascida das campanhas nacionalistas do general Horta Barbosa, foi entregue ao sindicalismo gramscista do PT e perdeu metade do seu valor comercial. Somente a parte do desfalque já comprovada equivale à soma dos orçamentos nacionais da Bolívia e do Paraguai.

A EMBRAER e a EMBRATEL, criadas pelo empreendedorismo militar, foram terceirizadas, ficando imunes às ideologias, porém sujeitas aos interesses de mercado.

O Centro Tecnológico da Marinha conseguiu a façanha de um processo singular e econômico de enriquecimento de urânio, que atrai a curiosidade mundial. Por razões de segurança, sua industrialização não poderá ser delegada.

O descaso das elites civis para com os militares tem origem nos costumes do colonizador português. Conta o historiador João Lúcio de Azevedo que, em 1761, durante a Guerra dos Sete Anos, antes de entregar o ultimato em Lisboa, o embaixador francês foi abordado por um capitão e vários sargentos nativos, que lhe vieram pedir esmola.

Durante a Regência, Feijó criou a Guarda Nacional, para não depender do Exército. E o sistema de recrutamento continuou discriminatório, restringindo-se aos pobres, presidiários, desocupados e marginais. O serviço militar só se tornou universal e obrigatório em 1918, graças ao militarismo de Olavo Bilac.

No mundo atual, a agenda hegemônica substituiu a dialética belicista pelo “softpower” e o Brasil tornou-se ambiente operacional de quinta geração. O nacionalismo e a soberania viraram alvos prioritários. Os partidos de esquerda, órfãos de ideias originais desde a queda do muro de Berlim, apropriaram-se, inadvertidamente, das bandeiras do capital global.

As Forças Armadas brasileiras tornaram-se público-alvo de campanhas patrocinadas pelas fundações Ford, Rockefeller e Carnegie, desde a década de 1980, e, mais recentemente, das “Open Society Foundations” de George Soros.

O discurso do presidente da ABED lembra os “slogans” das agências difusoras da teoria do “controle civil objetivo” de Samuel Huntington.

Neste momento, é vital para o Brasil a união das Forças Armadas, a fim de exercer maior protagonismo político.

Para o bem do país, o Ministério da Defesa precisa ser militarizado com a cultura castrense, a fim de preservar-se das ideologias alienígenas e de outras sequelas, sobretudo no ensino militar e nos contratos e licitações. Não pode caber discriminação alguma entre civis e militares em um ambiente patriótico e honesto.